



SNIIC

DIÁLOGOS

ciclo de conversas mensais sobre **pesquisas do setor cultural** com enfoque em gestão

5ª EDIÇÃO: SISTEMA DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS DO IBGE

NESTA EDIÇÃO
DADOS DO SIIC-IBGE
SOBRE:

- ECONOMIA CRIATIVA
- TRABALHO E RENDA
- ACESSO
- PATRIMÔNIO



PANORAMA DA EDIÇÃO

Fotografias de Giba/MinC

Em **27 de fevereiro**, o Ministério da Cultura realizou a quinta edição dos **Diálogos SNIIC**, intitulada “**Números do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC-IBGE)**”. O evento marcou o **retorno dos Diálogos em 2026**.

O encontro contou com a presença de **Leonardo Athias**, coordenador do SIIC no IBGE, apresentando dados referentes ao **período de 2013 a 2024**. Os resultados são parte da sétima edição do SIIC.

Os comentários ficaram a cargo de **Cláudia Leitão**, secretária de Economia Criativa no MinC, **Deryk Vieira Santana**, diretor de Políticas para Trabalhadores da Cultura e da Economia Criativa no MinC, **Giuliana Kauark**, coordenadora-geral de avaliação de políticas culturais no MinC e **Martina Ahlert**, chefe do Serviço de Sustentabilidade Econômica do Patrimônio no Iphan.

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

FEVEREIRO DE 2026 | VOL. 5

EDITORIAL

Texto de Leonardo Athias, coordenador do SIIC no IBGE

O IBGE tem um papel fundamental no sistema estatístico nacional, com variadas operações estatísticas, baseadas em censos, pesquisas amostrais e registros administrativos.

O Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC é um produto do IBGE com diferentes usos e que se estabiliza como um marco na produção de estatísticas culturais.

Iniciado em parceria com o Ministério da Cultura no início dos anos 2000, valendo-se de orientações existentes nos marcos e experiências internacionais, de forma inovadora **faz um compilado de estatísticas culturais com base em diversas fontes, principalmente originárias do IBGE e também da administração pública** (gastos públicos) e adicionando mais recentemente uma fonte oficial com dados do comércio exterior.

Já com sete edições, sendo produzido regularmente e bianualmente desde 2019, traz dados sobre empresas, contribuição à economia, pessoal ocupado, despesas públicas e privadas, equipamentos, preços, comércio exterior etc. **São informações que constituem uma “camada de dados” importante para a compreensão da realidade social e econômica brasileira relacionada à cultura.**

Em termos de usos, os indicadores produzidos servem de apoio a decisões públicas e privadas, planejamento e monitoramento de políticas públicas, estudos científicos, avaliação do acesso à cultura e o respeito ao direito constitucional à cultura. **Dialoga de forma relevante com os esforços do Ministério e o Sistema MinC para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas, também sendo importante para gestores culturais no território**, uma vez que busca sempre inovar e também trazer desagregações regionais no nível mais granular que as fontes utilizadas permitirem, com atenção à confiabilidade dos dados.

“

O SIIC dialoga de forma relevante com os esforços do Ministério e o Sistema MinC para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas.

”



“

Em termos de usos, os indicadores produzidos servem de apoio a decisões públicas e privadas, planejamento e monitoramento de políticas públicas, estudos científicos, avaliação do acesso à cultura e o respeito ao direito constitucional à cultura.

”

DESTAQUES DO ENCONTRO

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS DO IBGE (2013-2024)

Na edição lançada em 2025, o Sistema Nacional de Informações de Indicadores Culturais (SIIC) do IBGE apresenta dados consolidados entre 2013 e 2024. O compilado estatístico foi apresentado por Leonardo Athias, coordenador do SIIC no IBGE, que iniciou sua exposição explicando a natureza e os objetivos do Sistema.

O levantamento abrange dados de setores econômicos relacionados à cultura, gastos públicos, ocupação em trabalhos formais e informais, variação de preços, acesso à tecnologia (TV e Internet), turismo cultural, formação superior em cultura e comércio exterior. Realizada a partir de fontes oficiais, a mensuração fundamenta-se em um ecossistema abrangente, com metodologias que priorizam a continuidade das séries históricas. Em paralelo, o convidado destacou o compromisso da pesquisa com a inovação, incorporando novas fontes de dados sempre que a disponibilidade técnica permite.

Ao resgatar a trajetória do SIIC desde sua primeira edição, em 2003, Athias lembrou que a origem do projeto vincula-se à proposta da criação de uma conta-satélite da cultura, por meio de cooperação técnica entre o Ministério da Cultura (MinC) e o IBGE. Levando-se em conta o crescente reconhecimento da importância da cultura para a economia, bem como a produção de dados acumulada pelo SIIC ao longo dos anos, o convidado diz ver o atual momento como oportuno para uma retomada da ideia.

PILARES METODOLÓGICOS E BASES ESTRUTURANTES

Para apreender as nuances da cultura tanto no setor formal quanto na informalidade, o SIIC utiliza um conjunto de bases de dados complementares. O Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) destaca-se como a ferramenta primordial para o mapeamento do setor formal, fornecendo dados qualificados sobre o número de estabelecimentos, pessoal ocupado e remunerações.

Complementarmente, o Registro Anual de Informações Sociais (RAIS), apesar dos desafios técnicos impostos pela transição para o eSocial, permaneceu relevante por permitir o detalhamento de dados via CNAE 2.0 a quatro dígitos, provendo dados com alto nível de detalhamento e alcançando a escala municipal.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) é outra fonte essencial, sobretudo para a análise do trabalho autônomo e do mercado informal. Já as Pesquisas Estruturais - Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa Anual de Serviços (PAS), Pesquisa Anual do Comércio (PAC) - diferenciam-se por realizarem perguntas diretas sobre custos, faturamento (receita) e valor adicionado, permitindo uma visão econômica mais granular.

Apesar da metodologia variar conforme a fonte de dados utilizada, Athias explicou que o instituto busca trabalhar com um plano tabular detalhado, destacando a preocupação em oferecer mecanismos de desagregação que possibilitem aos pesquisadores a realização de recortes específicos, de acordo com suas necessidades. Além disso, busca-se partir de modelos que permitam tabulações com recortes regionais, alcançando tanto dados das 27 unidades da federação quanto dos 5.571 municípios brasileiros.

DESTAQUES DO ENCONTRO

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS DO IBGÉ (2013-2024)

A INTEGRAÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIs)

Uma das inovações mais significativas desta edição foi a inclusão dos dados relativos aos Microempreendedores Individuais (MEIs). Por meio de um esforço de cruzamento de dados entre a Receita Federal e o CadÚnico, o SIIC revelou que a presença desses profissionais altera substancialmente a percepção da participação da cultura na economia. Enquanto o percentual calculado apenas com dados de empresas representa uma participação de cerca de 6,8%, a inclusão dos MEIs pode elevar esse patamar para 9,5% - ressaltando-se que ainda existe a necessidade de refinamento metodológico.

Os dados levantados em relação aos MEIs demonstram uma forte concentração em atividades de design e serviços criativos na área da publicidade, além de artes visuais e artesanato, com destaque para a fabricação de joias. Esses dados apresentam uma concentração bem diferente se comparada com a configuração das atividades de empresas, o que concede a este segmento características bastante próprias.

NÚMEROS DE DESEMPENHO E IMPACTO ECONÔMICO

De acordo com os dados do CEMPRE de 2022, o setor cultural contava com 644,1 mil organizações (entidades empresariais, órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos formalmente constituídas) que ocupavam 2,6 milhões de pessoas, das quais 66,1% (1,7 milhão) eram assalariadas. Com uma massa salarial total de R\$ 102,8 bilhões, o setor registrou um salário médio mensal de R\$ 4.658, valor 42,6% superior à média geral do cadastro. Essas organizações representavam 6,8% do total de empresas do país e 4,2% do pessoal ocupado. No que diz respeito ao empreendedorismo, 2022 marcou a maior taxa de nascimento de empresas do setor desde 2017, atingindo 15,5%. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelos domínios de Design e serviços criativos (24,6%) e Patrimônio natural e cultural (22,7%), enquanto os segmentos de Educação e capacitação (11,4%) e Livro e imprensa (11,6%) apresentaram os menores índices de novas empresas.

Segundo dados das Pesquisas Econômicas Estruturais (PIA, PAC e PAS) relativos ao ano de 2023, o impacto da cultura na economia nacional somou R\$ 387,9 bilhões na última década, o equivalente a aproximadamente 3% do PIB brasileiro.

Os números destas pesquisas apontam também um crescimento de 0,6 p.p. no número de empresas em relação a 2013 (representando 8,6% do universo analisado). Porém, os números indicam que a participação do setor na receita líquida total da economia recuou de 7,7% para 5,6%, e o valor adicionado caiu de 10,5% para 8,3% no mesmo período. Apesar dessa retração decenal, o cenário recente indica recuperação: após três anos de estabilidade, o setor apresentou tendência de crescimento no último ano, com um aumento de 0,3 p.p. na sua representatividade em comparação a 2021 e 2022.

DESTAQUES DO ENCONTRO

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS DO IBGÉ (2013-2024)

CAMPO DO TRABALHO: COMPLEXIDADE DA CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

Um dos pontos levantados por Athias foi a complexidade metodológica na definição das ocupações que compõem o setor cultural. A esse respeito, o pesquisador comentou sobre os desafios de se aplicar na prática o Marco Referencial para Estatísticas Culturais da UNESCO, em especial em relação à mensuração das chamadas "áreas de fronteira", como moda, design e software, nas quais muitas ocupações são híbridas ou estão inseridas em indústrias maiores.

Existe uma dificuldade de se discernir, nos dados brutos, se um profissional atua em uma linha de produção industrial ou em um ateliê pequeno, por exemplo. Da mesma forma, designers inseridos em indústrias de outros segmentos (como a automobilística) tornam-se "trabalhadores invisíveis" para as estatísticas culturais tradicionais.

Entretanto, Athias pondera que, embora o novo arcabouço traga desafios de aplicação imediata, ele também representa um avanço necessário para captar as dimensões da economia moderna e as transformações do setor. Sobre o futuro metodológico, o convidado menciona a estruturação e implementação da CNAE 3.0 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) como uma oportunidade de aprimoramento para as classificações das atividades culturais.

DADOS SOBRE TRABALHO E RENDA

A análise dos dados da PNAD Contínua indica uma estabilidade na participação do setor cultural no mercado de trabalho ao longo da série histórica. Segundo os números da pesquisa, em 2024, a cultura reunia cerca de 5,9 milhões de pessoas ocupadas, o equivalente a 5,8% do total de trabalhadores do país. Este contingente destaca-se pelo elevado nível educacional, com 30,1% dos ocupados possuindo ensino superior — índice superior aos 23,4% da economia geral. E também por desigualdades, com perfil majoritariamente branco (50,2% contra 43% na média nacional). Na distribuição entre gêneros (53% homens e 47% mulheres), nota-se uma segregação setorial marcante: homens predominam em tecnologia e audiovisual, enquanto as mulheres são maioria no artesanato, na moda e no design têxtil.

Em termos de dinâmica laboral, o setor enfrenta uma taxa de informalidade de 44,6%, superior à média do país. Apesar de o rendimento médio ser elevado pela alta escolaridade, há uma disparidade profunda entre os segmentos formais e os artistas independentes, agravada por uma forte concentração regional onde o Sudeste detém mais de 50% da massa salarial do país.

O setor cultural tem alta participação nos MEI, representando cerca de 10% deles, com destaque para o setor de publicidade.

DESTAQUES DO ENCONTRO

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS DO IBGE (2013-2024)

ACESSO: PADRÕES DE CONSUMO E O NOVO PAPEL DA SMART TV

A transição digital reconfigurou o acesso aos bens culturais. Um dos aspectos de maior relevância é a consolidação da Smart TV como o principal dispositivo de acesso à internet nos lares brasileiros para o consumo de streaming, superando os computadores pessoais. Esse comportamento financeiro das famílias demonstra uma sensibilidade econômica: o consumo presencial (teatro, cinema e museus) é altamente elástico em relação à renda, sendo o primeiro a sofrer cortes em períodos de crise. Em contrapartida, os serviços digitais mostraram-se mais resilientes devido ao baixo custo marginal para o usuário final, mantendo o consumo mesmo em cenários de oscilação financeira.

ÍNDICE DE PREÇOS DA CULTURA - IPCULT

O IPCult é um indicador do IBGE composto por uma "cesta" de produtos culturais, com 30 subitens divididos em seis categorias. Com números do período 2020-2024, o índice demonstra que a inflação do setor cultural tem se mantido consistentemente abaixo do IPCA, tornando o consumo de cultura proporcionalmente mais barato. Em 2024, o índice registrou alta de **2,8%** frente aos **4,8%** da inflação geral, mantendo uma média anual de **3,1%** entre 2020 e 2024 (contra **5,9%** do IPCA). O hiato mais expressivo ocorreu em 2021, com uma distância de **6,6 pontos percentuais** entre os índices, refletindo o represamento de preços no setor durante a pandemia.

Ao detalhar o comportamento dos segmentos, Leonardo Athias observa que itens como cinema, teatro e concertos, por serem sensíveis à renda, sofrem cortes precoces em períodos de crise, o que acaba segurando reajustes de preços. Em contrapartida, o setor de *streaming* e serviços de internet tem atuado como um deflator relativo devido à alta competitividade e ao modelo de escala digital, enquanto livros e periódicos apresentaram variações moderadas, apesar de o setor editorial ter perdido peso no valor adicionado da economia cultural na última década.

Por fim, nota-se que o gasto das famílias brasileiras com cultura gira em torno de **7%**, patamar comparável às despesas com saúde, embora o acesso seja marcado por desigualdades regionais que concentram a oferta nos grandes centros urbanos.

DESTAQUES DO ENCONTRO

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS DO IBGE (2013-2024)

LAZER, CULTURA E PATRIMÔNIO

As informações sobre esses temas incluídas no SIIC são oriundas do Módulo de Turismo, inserido na PNAD Contínua, que teve como objetivo quantificar os fluxos de turistas nacionais entre as diferentes regiões do País e para o exterior. Esse módulo foi investigado até o momento na PNAD Contínua em 2019, 2020, 2021, 2023 e 2024, através de um convênio entre o IBGE e o Ministério do Turismo. A cobertura temporal mudou entre 2019 e os anos seguintes, o que torna difícil a comparação, em decorrência de possíveis efeitos de sazonalidade.

Em 2024, foram contabilizadas, 1,7 milhão de viagens para cultura e gastronomia e 1,5 milhão de viagens para natureza, ecoturismo ou aventura: somadas, as duas categorias representaram quase metade das viagens de lazer contabilizadas no ano em questão. Foi observado um pequeno crescimento nas viagens de lazer, sobretudo nas de cultura e gastronomia.

O Instituto fez uma medida com esses dois tipos de viagem, relacionadas ao patrimônio cultural e natural, tendo o arcabouço da Unesco para educação, ciência e cultura como referencial. Como resultado, obteve a relação de cerca de 8 viagens por mil habitantes, sendo as Unidades da Federação mais citadas como origem de viajantes para cultura e gastronomia o Rio de Janeiro (13,5 por mil habitantes), Rio Grande do Sul (12,8) e Espírito Santo (11,3). Já em relação a viagens do tipo natureza, ecoturismo e aventura, destacaram-se como origem o Distrito Federal (14,7), São Paulo (11,7) e Goiás (9,4).

A avaliação do destino das viagens mostra maior proporção de viagens para cultura e gastronomia e para natureza, ecoturismo ou aventura rumo a outra Unidade da Federação em comparação com o total de viagens para motivo pessoal, cujo principal destino foi a própria Unidade da Federação em que o viajante tem residência. Identifica-se também uma alta proporção de viagens internacionais para cultura e gastronomia, com 18%, contra apenas 3,3% para o total de viagens por motivo pessoal, dado para o qual Leonardo chamou atenção.

Também em relação a estes tópicos, encontram-se dados que mostram desigualdades:

- mulheres pretas ou pardas e homens pretos ou pardos realizaram proporcionalmente menos viagens do que homens brancos e mulheres brancas;
- a maior distância entre concentrações está no grupo de mulheres pretas ou pardas, que representavam 28,7% da população em 2024, mas apenas 17,7% das viajantes para cultura e gastronomia.

Sobre Sustentabilidade, uma fonte de informações são as pesquisas MUNIC e ESTADIC, que oferecem dados relativos a tombamentos, por exemplo. Apesar de não fazerem parte do SIIC, são apontadas pelo convidado como fontes interessantes. Athias conclui sustentando que ainda é preciso avançar em termos de mensuração do tema, sendo necessário pensar em metodologias, como cruzamentos georreferenciados, para um melhor aproveitamento dos dados disponíveis, que são de diferentes naturezas.

O QUE DISSERAM OS GESTORES



A secretária de Economia Criativa, **Cláudia Leitão**, exaltou a parceria de longa data entre o MinC e o IBGE, definindo o instituto como a grande matriz de produção de dados da cultura.

Cláudia abordou o antigo desafio de definição dos segmentos que compõem a Economia Criativa, observando que isso advém das próprias características do campo. E ressaltou a importância de seguir a busca por avanços em relação à taxonomia e à pactuação das atividades do campo.

Como exemplo, Cláudia citou o mais recente arcabouço da Unesco (*Framework for Cultural Statistics 2025*) que, mesmo carecendo de uma maior abrangência em relação aos domínios da Economia Criativa, apresenta um referencial importante para a área.

A convidada mencionou também que, apesar dos avanços e esforços, pesquisas descontinuadas e sazonais ainda constituem uma dificuldade arraigada no campo da cultura no Brasil, que sofre, ainda, com falta de pessoal e qualificação.

E expressou preocupação com o que identifica como uma falta de rigor metodológico em relação à produção de indicadores, aconselhando cuidado com a aceitação de números que chegam sem a chancela estatística oficial.

Como forma de agregar mais confiabilidade aos dados, Cláudia defendeu o entendimento das tipologias culturais de forma desagregada, evitando que se misturem dados de setores com lógicas econômicas e sociais distintas.

E observou que, apesar dos desafios que ainda existem, é necessário pactuar o campo.

A gestora reforçou, ainda, a importância estratégica do SNIIC, bem como de todos que produzem pesquisas e buscam avançar com a produção de indicadores.

Deryk Santana, diretor de Políticas para Trabalhadores da Cultura e da Economia Criativa, destacou que as leis emergenciais e de fomento recentes não apenas injetaram recursos, mas serviram como um "censo" prático - revelando a escala real e a capilaridade dos trabalhadores da cultura em todo o país.

Deryk apontou a informalidade como uma característica estrutural e um dos maiores desafios. Muitos trabalhadores atuam sem redes de proteção social (previdência, saúde), o que os torna extremamente vulneráveis a crises.

Nesse sentido, o diretor defendeu que o MinC deve ir além do "fomento por edital" (que é pontual) e construir políticas estruturantes que garantam direitos trabalhistas e dignidade profissional de forma perene.

E salientou que a política para o trabalhador da cultura precisa dialogar com outras pastas, como o Ministério do Trabalho e a Previdência Social, criando mecanismos de formalização que respeitem as especificidades da dinâmica cultural.

A coordenadora-geral de avaliação de políticas culturais, **Giuliana Kauark**, reforçou que, com a população cada vez mais conectada, as políticas culturais precisam focar na regulação da produção cultural em ambientes digitais.

Ao mesmo tempo em que a cultura digital cresce, aumenta também a importância de políticas que estimulem a presença física em eventos



O QUE DISSERAM OS GESTORES



culturais, combatendo o isolamento que o consumo digital intenso pode gerar em jovens adultos.

Giuliana comentou o dado apresentado sobre o aumento do uso da TV para acessar a internet, investigando se essa é uma tendência global ou uma particularidade brasileira, dada a forte relação histórica do brasileiro com a TV.

Além disso, a coordenadora expressou preocupação com a queda do acesso à internet via computadores, o que pode impactar a produção de conteúdos e a gestão de políticas culturais, que muitas vezes dependem de interfaces mais complexas que as do celular.

E defendeu que a gestão das políticas (como os sistemas de inscrição em editais) deve ser pensada para o dispositivo que o cidadão realmente usa (hoje, majoritariamente o celular), para não criar novas barreiras de acesso.

Giuliana enfatizou também a importância de olhar para esses dados de acesso de forma regionalizada. As desigualdades de conexão

entre o Norte, o Nordeste, o Sul e o Sudeste podem ser decisivas para o sucesso ou o fracasso de políticas culturais nacionais.

Ainda, a convidada levantou a discussão sobre como a curadoria algorítmica das grandes plataformas afeta a diversidade cultural: sem dados claros sobre como esses algoritmos operam, é difícil para o Estado garantir a promoção de conteúdos locais e independentes.

E conclui reforçando que os dados do SIIC são essenciais para que o MinC não trabalhe apenas com "intuição", mas com a realidade do comportamento do público brasileiro.

Martina Ahlert, chefe do Serviço de Sustentabilidade Econômica do Patrimônio no Iphan, defendeu a relação entre economia e patrimônio como ferramenta para fortalecer os detentores desses saberes e a sustentabilidade das práticas culturais nos territórios.

Apresentando resultados da pesquisa "Economia do Patrimônio" - iniciada em 2024 em parceria com o

OBEC/UFBA para levantar dados estruturados sobre o impacto econômico do patrimônio -, a gestora destacou a importância dessas informações para qualificar o acesso aos bens culturais e a identificar desigualdades socioeconômicas e regionais.

Martina destacou a expressividade do turismo motivado por cultura e gastronomia, que registrou cerca de 1,7 milhão de viagens em 2024.

Por outro lado, mencionou dificuldades de mensuração acarretadas pela alta taxa de informalidade e pela falta de tipologias específicas em classificações como CNAE e CBO.

Ainda, defendeu a retomada do projeto da Conta Satélite de Cultura e reforçou a importância da parceria estratégica com o IBGE.

Por fim, Martina celebrou a inclusão de perguntas específicas sobre patrimônio no questionário da MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) de 2026, o que fornecerá dados mais perenes para o Plano Nacional de Cultura.



Links úteis

 [Diálogos SNIIC | 5a Edição: Números do SIIC do IBGE](#)  [Assista à gravação](#)

 Explore os dados do [Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2013-2024](#)

PRÓXIMA EDIÇÃO: NÚMEROS DA LEI ROUANET



A **6ª edição dos Diálogos SNIIC** abordará os Números da Lei Rouanet, com apresentação das pesquisas:

- **Impacto Econômico da Lei Rouanet**, com a presença dos pesquisadores da **FGV** Ique Lavatori e Marília Tapajóz, e
- **Rouanet e a Periferia - um olhar estratégico para o orçamento da cultura e o investimento social privado**, com **Allan Anjos Dantas**, coordenador do **Observatório Ibira30 - Bloco do Beco**, e **Marcelo Zarzuela**, coordenador da pesquisa.

O evento contará também com os comentários da **Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura (SAFCC/MinC)**, **Roberta Martins**, e do **Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic/MinC)**, **Thiago Rocha Leandro**.

Os Diálogos SNIIC acontecem mensalmente, a cada última sexta-feira do mês, no Auditório Ipê Amarelo. **Não perca!**

Diálogos SNIIC | 6ª edição: Números da Lei Rouanet

Data: 27/03/2026

Horário: 14h às 18h

Local: Auditório Ipê Amarelo* - Esplanada dos Ministérios, Bloco B - térreo, Brasília/DF.

Transmissão ao vivo pelo [canal do MinC no Youtube](#)

Para participar, faça sua inscrição acessando o formulário pelo QR Code abaixo:



**Sujeito à lotação do espaço.*